

**A percepção da família sobre o desenvolvimento da autonomia nas pessoas com
deficiência intelectual**

Letiara da Silva Vencato¹,
Maria Isabel Wendling²

RESUMO

A deficiência intelectual é um assunto presente e muito discutido atualmente, tanto no contexto científico, quanto na sociedade. Nesse sentido, o presente artigo trata-se de um estudo qualitativo, de caráter descritivo, que buscou identificar os aspectos que influenciaram a autonomia das pessoas com deficiência intelectual na percepção dos familiares. Participaram dessa pesquisa quatro mães de jovens com deficiência intelectual, sendo utilizados uma entrevista semiestruturada e um questionário sociodemográfico. O estudo foi baseado na análise de conteúdo de Bardin. A partir dos resultados observou-se a influência do trabalho, realização de tarefas e meios eletrônicos como facilitadores de autonomia na percepção das mães. Já os aspectos dificultadores encontrados foram a insegurança destes em relação ao potencial de seus filhos e sua influência na autonomia, como o excesso de cuidados e proteção. Os contextos social e escolar também foram apontados como fatores importantes para a autonomia das pessoas com deficiência. Concluiu-se que a tecnologia, o trabalho, a realização de atividades de vida diária, o contexto social e o escolar são aspectos imprescindíveis para o desenvolvimento da autonomia dessas pessoas, além da influência das mães, que em parte, atuam como dificultadores pela falta de credibilidade na capacidade dos filhos.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual; Autonomia; Independência; Percepção de mães.

**FAMILY'S PERCEPTION OF THE DEVELOPMENT OF AUTONOMY IN PEOPLE
WITH INTELLECTUAL DISABILITIES**

ABSTRACT

Intellectual disability is a present and much discussed subject today, both in the scientific context and in society. In this sense, this article is about a qualitative, descriptive study that sought to identify the aspects that influenced the autonomy of people with intellectual disability in the perception of family members. Four mothers of young people with intellectual disabilities participated in this study, using a semi-structured interview and a sociodemographic questionnaire. The study was based on the Bardin content analysis. From the results, we observed the influence of work, task accomplishment and electronic means as facilitators of

1 Psicóloga (FACCAT) ✉ letiaravencato@sou.faccat.br

2 Professora da Pontifícia Universidade Católica (PUC), Mestre em Psicologia (PUC), professora colaboradora e supervisora do Centro de Estudos da Família e do Indivíduo (CEFI) ✉ mariaisabel.wendling@gmail.com

autonomy in the mothers' perception. On the other hand, the difficulties found were their insecurity regarding the potential of their children and their influence on autonomy, such as excessive care and protection. Social and school contexts were also identified as important factors for the autonomy of people with disabilities. It was concluded that technology, work, daily life activities, social context and school are essential aspects for the development of these people's autonomy, in addition to the influence of mothers, who in part act as obstacles for the lack credibility in the children's capacity.

Keywords: Intellectual Disability; Autonomy; Independence; Perception of mothers.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o DSM-5 (American Psychiatric Association, 2014), compreende-se a Deficiência Intelectual como um Transtorno do Desenvolvimento Intelectual, que se engloba ao conjunto de condições diagnósticas dos Transtornos do Neurodesenvolvimento. Seu início ocorre no estágio do desenvolvimento da criança, incluindo, dessa forma, dificuldades funcionais que podem ser intelectuais e de adaptação, que preponderam nos âmbitos prático, social e conceitual, com prejuízo na organização, raciocínio, resolução de problemas, pensamento abstrato, aprendizagem, entre outros. Para Bock, Furtado e Teixeira (2009), as causas que apontam para o acontecimento da deficiência podem ser de origem congênita, genética ou adquirida por acidentes como, por exemplo, traumatismo craniano grave. Segundo o Código Internacional de Doenças (CID-10) da Organização Mundial de Saúde (OMS, 1993), essa deficiência pode ser classificada por níveis intelectuais em tipos diagnósticos F70-F79, sendo: leve, moderado, grave, profundo, outro e não especificado e é caracterizada pelo déficit nas habilidades que se manifestam no decorrer do desenvolvimento.

No que se alude a nomenclatura, Santos (2012) refere que a mudança de terminologia, antes denominada deficiência mental, passando a ser compreendida por deficiência intelectual, se dá pelos conhecimentos do modelo médico que a compreende como uma característica fixa. Assim, a ideia de incapacidade depende do que se compreende por impossibilidade e o quão suscetível pode ser a modificações. De acordo com a dinâmica do ambiente e levando em consideração que o ser humano tem a capacidade de se moldar as mudanças do meio, seus aspectos desenvolvimentais podem apresentar variações (Santos, 2012).

No Brasil, de acordo com os resultados do Censo Demográfico de 2010, as pesquisas apontam que 23,9% da população brasileira possui pelo menos algum tipo de deficiência, dentre elas: visual, auditiva, motora e intelectual. Na Região Sul, concentra-se em 3,2% da população a incidência de alguma deficiência (IBGE, 2010).

Segundo Bissoto (2014), no decorrer da história da civilização humana ocidental, desenvolveu-se um intenso vínculo sobre os aspectos que possibilitam a liberdade e a independência dos seres humanos. Esses atributos históricos de independência individual ainda permanecem e são defendidos e exaltados pelas sociedades. Entende-se por autonomia, a capacidade que o ser humano possui de realizar suas escolhas, decidir sobre si mesmo, manifestar suas vontades e debater ponderações a respeito de sua vida. Essa compreensão vinculada às pessoas com deficiência intelectual impulsiona formas de pensar sobre as possibilidades de confiar nas suas potencialidades, permitindo a elas desenvolverem capacidades enquanto seres de direitos na sociedade. A ênfase dessa autonomia ocorre no meio social, que permeia no campo da educação de crianças e jovens, em dar relevância aos seus direitos (Bissoto, 2014).

Dessa forma, Forgiarini (2012) assinala que, nas alocações inclusivas, a autonomia surge de forma vigorosa, podendo motivar as atividades educacionais permitindo, assim, sua construção nos indivíduos intelectualmente deficientes como seres competentes e independentes no meio social. Para tanto, Silva e Dessen (2001) enfatizam que é dentro do meio familiar que ocorrem as primeiras formas de contatos sociais da criança com deficiência, é o período em que ela cresce e se desenvolve. A atuação familiar se dá na medida em que seus pais e/ou cuidadores estabelecem possibilidades de relações com ela, por meio da comunicação verbal e não verbal. Assim sendo, o ambiente no qual essa criança está inserida e a forma com que se organizam suas atividades básicas de vida, bem como sua estimulação, tornam-se imprescindíveis à compreensão do quanto a influência do ambiente é importante para o seu desenvolvimento posterior.

Dessa forma, Campos (2006) em seu estudo realizado com familiares de pessoas com deficiência intelectual, de uma instituição do Rio de Janeiro, relata que a influência que as famílias das pessoas com deficiência intelectual exercem sobre elas pode possibilitar-lhes tanto a autonomia, quanto a sua dependência. Os familiares, muitas vezes, são ambivalentes em relação ao cuidado com o filho, superprotegendo e impossibilitando sua autonomia.

No entanto, pode-se destacar que as famílias, de acordo com suas possibilidades, também oferecem subsídios para a autoconstrução de seus filhos, disponibilizando diversos meios para melhoria da qualidade de vida desses indivíduos. Costumam levar em consideração as especificidades da deficiência, bem como possibilidades para o desenvolvimento de potencialidades para a sua cidadania e inserção social (Campos, 2006).

Assim, a escolha desse tema justifica-se pela necessidade social e inclusiva de se compreender os aspectos que influenciam na construção da autonomia das pessoas com

deficiência intelectual na percepção de seus familiares. Com o intuito de identificar os aspectos que facilitam a autonomia das pessoas com deficiência intelectual na percepção dos familiares; identificar os aspectos que dificultam a autonomia das pessoas com deficiência intelectual na percepção dos familiares. Também analisar a influência da família para o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência intelectual na percepção destes e conhecer a influência do ambiente escolar e social no desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência intelectual na percepção dos familiares. A fim de se pensar estratégias que possam favorecer o desenvolvimento de maior independência desses indivíduos.

1.1 A autonomia das pessoas com deficiência intelectual

Atualmente, se convive com noções sobre o desenvolvimento alicerçado em modelos rígidos, diante dos quais se acreditam que há normas para o aprendizado, bem como no relacionamento com outros indivíduos, acreditando-se que a deficiência é permanente. No entanto, ao avaliar o cenário cultural, no decorrer da história sobre a deficiência intelectual, pode-se perceber que essa realidade assume outras proporções, o que possibilita o curso de existências diversificadas e possíveis de autonomia a essas pessoas. Dessa forma, a deficiência perde a ideia de restrição e é percebida como possível de desenvolver-se nas relações com o ambiente, com as concepções históricas e culturais, bem como os atributos individuais das pessoas com deficiência que possuem esse diagnóstico (Dias & Oliveira, 2013).

Busca-se compreender, conforme coloca Abenhaim (2009), as questões autonômicas dos indivíduos deficientes, tendo em vista a capacidade que cada um possui e que é imprescindível para que haja a interação com fatores que estão presentes na vida cotidiana desses, já que a capacidade se encontra inserida em todos os sujeitos. Além disso, a maneira como as pessoas com deficiência são conduzidas por seus cuidadores, familiares, entre outros, colabora para a construção de sua autonomia e, conseqüentemente, essa influência mútua permite a aprendizagem desses conteúdos interacionais.

Rabêllo (2009) enfatiza que a Convenção Interamericana para a extinção da discriminação em relação às Pessoas com Deficiência prevê o uso da expressão “deficiência” como algo restrito à capacidade física, intelectual ou perceptual, de forma momentânea ou inalterável, podendo dificultar o exercício na realização das atividades básicas de suas necessidades cotidianas, que pode ser causada pela condição social e econômica. Porém, entende-se que se trata de um impedimento e não uma limitação.

Em um estudo realizado por Alvarez e Carvalho (2006) com pessoas com deficiência intelectual, por meio de um Programa que visa à integração, permitiu a essas pessoas a capacidade de moradia sem o olhar de suas famílias. O que existia no local era a supervisão de pessoas para auxílio em funções habituais, espaço no qual eram estimuladas para serem autônomas em suas tarefas diárias. A residência não tinha função clínica, para essa finalidade os moradores utilizam os serviços de locais especializados, promovendo sua inclusão em nível comunitário. Além disso, o Programa também permitiu a inserção desses indivíduos no mercado de trabalho. Observou-se que as pessoas com deficiência, que participaram do estudo, tiveram um desempenho melhor de independência no seu dia a dia, sentimento de satisfação pelo trabalho remunerado, além de maior integração e aumento da participação em meios sociais (Alvarez & Carvalho, 2006).

Segundo Bastos e Deslandes (2009), a conquista de melhor autonomia das pessoas com deficiência intelectual possibilita que adolescentes e jovens sejam reconhecidos pela sua capacidade de realizar tarefas e atividades, permitindo cada vez mais o desenvolvimento de suas competências. Pode-se perceber que é nessa lógica que determinadas atitudes precisam ser ampliadas. Se novas possibilidades forem oferecidas para o aperfeiçoamento de suas potencialidades no campo da deficiência intelectual, suas perspectivas se ampliarão, alcançarão maior independência, além de sua atuação em decisões sobre si e de suas fases do ciclo vital.

Assim, Sasaki (2008) ressalta que a capacidade do exercício das pessoas com deficiência intelectual de se inserir na comunidade foi alicerçada por princípios transformadores, por meio da promoção de poder, convívio nas diferenças entre os seres humanos e consideração em relação às condições individuais. A promoção de poder permite a independência dessas pessoas, por meio da possibilidade de realizar escolhas e decisões sobre si mesmo e ter o domínio das circunstâncias. Assim, com vistas em acontecimentos passados, as relações com esses indivíduos não devem ser impostas pelas pessoas de seu convívio, a fim de não comprometer suas escolhas e decisões pessoais.

1.2 A família e a autonomia das pessoas com deficiência intelectual

Quando se forma uma família, por meio da descoberta de uma gestação, os pais idealizam uma criança saudável, salienta Prado (2013) que os progenitores não desejam uma criança com deficiência e quando isso acontece dentro do âmbito familiar, os componentes da família necessitam se ajustar à realidade inesperada e os pais passam por entraves em níveis maiores em relação às outras famílias. A existência de uma criança com deficiência na família

modifica o aspecto emocional de seus membros, pois se percebem influenciados por questões relacionadas à aceitação ou rejeição dessa criança, cabendo aos pais desse novo integrante, uma nova atribuição diante dos sentimentos gerados por essa situação. Dependendo da forma de enfrentamento, de aceitação, do relacionamento familiar e do grau de expectativa parental, a decepção poderá ser maior ou menor (Prado, 2013).

Os sentimentos vivenciados pelos pais diante da existência do filho com deficiência, segundo Petean e Neto (1998), ocorrem por meio do choque, da negação, da raiva e da culpa. Todas essas questões influenciam o âmbito familiar, que passa por um processo de ajustamento com o novo membro. A existência desses sentimentos é vista como natural e indispensável para a reorganização da família.

Para Dessen e Silva (2000), o ambiente familiar desempenha uma função essencial para o desenvolvimento das pessoas com deficiência intelectual. Com a ocorrência natural do crescimento e os aspectos desenvolvimentais dos indivíduos, a família oferece vínculos saudáveis, espaços de estímulo e interações sociais com os seus membros.

Nas relações familiares, pode-se perceber que a figura materna se envolve mais com seus filhos com deficiência, afinal habitualmente estas têm mais contato com eles (Silva & Dessen, 2001). Todavia, o envolvimento da figura paterna também é muito importante para a melhoria do núcleo familiar, já que auxilia no desenvolvimento dos filhos e conseqüentemente na sua independência como pessoas com deficiência intelectual (Goitein & Cia, 2011). Para Silva e Dessen (2004), possibilitar, no meio familiar, uma observação de como esse núcleo interage entre seus membros é muito importante, no que tange o desenvolvimento das pessoas com deficiência intelectual, porém percebe-se que este dever não é tão simples.

Dessa forma, a posição que as famílias assumem, por meio de suas relações, no envolvimento da promoção, da independência e da autodisciplina de jovens com e sem deficiência intelectual, contribui para a ascensão individual dos sujeitos, para o movimento de sair de casa e ganhar o mundo. Logo, dentro do ciclo de vida familiar, os jovens ao chegarem à idade de vinte anos, se percebem com a necessidade de viver suas vidas fora de casa, ou seja, fora do âmbito familiar. Nessa etapa do desenvolvimento, caracterizados como adultos jovens levam em consideração a sua necessidade, bem como a importância da intimidade e dos relacionamentos para a sua vida e a valorização da autonomia, para terem uma vida independente no domínio de suas atividades e competências singulares (McGoldrick, 2008).

Borges e Magalhães (2009) ressaltam que o amparo da família para o jovem nessa passagem é imprescindível, tanto para promover a concretização de projetos pessoais, quanto para possibilitar proteção na progressão de sua autonomia. A partir disso, forma-se uma troca

solidária no campo familiar, no qual os aprendizados particulares, proporcionados por essa organização, ajustam o jovem para a vida em coletividade. Com isso, o convívio entre o adulto jovem e a família surge como um método de adaptação de suas carências individuais na procura por autonomia, bem como para a passagem da juventude para a adultez.

Souza e Boemer (2003) salientam que, desde o nascimento da criança com deficiência intelectual, os pais desenvolvem uma vinculação intensa e muito significativa com o filho, dispondo do cuidado e proteção necessária para o seu desenvolvimento, bem como, se percebem conflituosos em relação à educação dos seus filhos na sociedade, de estimular a autonomia e como proceder nas questões da sexualidade. Por vezes, os pais superprotegem o filho, tendo em vista sua preocupação em proporcionar-lhe o bem-estar, assim como defendê-lo do sofrimento da sociedade pela sua deficiência e acabam fazendo por eles, o que poderiam vir a realizar. Os fatores da proteção excessiva impossibilitam a obtenção de sua individualidade, assim como o desenvolvimento de suas potencialidades, tanto na infância, como na idade adulta.

Dessa forma, Bastos e Deslandes (2009) referem que é na fase da adolescência dos filhos que os pais apresentam dificuldades em manejar essa etapa do crescimento que é vivida por eles, sem saber agir diante da necessidade de limites, bem como auxiliar na tentativa de desenvolver máximas aptidões que possam permitir a mais perfeita autonomia, dentro de suas especificidades. Os pais percebem sua falta de orientação para ensinar os filhos, abrindo margens para a dúvida quanto à condução de suas funções parentais para fornecer melhor independência para a realização de suas tarefas de vida diária. Essas dificuldades vivenciadas pelos jovens com deficiência intelectual são alusivas à falta de encorajamento de seus familiares. A falta do estímulo da autonomia por parte da família desses indivíduos, na infância, impossibilita o cuidado do jovem consigo mesmo na adolescência. Tendo em vista que a autonomia é uma característica imprescindível para essa etapa na vida dessas pessoas. A falta decorrente da sua não estimulação, permite que o jovem fique sem escolha para resolver seus conflitos existentes nessa fase do ciclo vital (Bastos & Deslandes, 2009).

1.3 A escola, o meio social e a autonomia das pessoas com deficiência intelectual

Para o progresso das atividades individuais nas pessoas com deficiência intelectual, dentro da realidade social e histórica que estão inseridos, se faz necessária a contribuição escolar que, a partir do ensino, possibilita o desenvolvimento das funções mentais, compreendidas como atenção, pensamento abstrato, memória, entre outras. Essa possibilidade

permite o aparecimento de potencialidades intrínsecas a esses indivíduos na esfera educacional (Leonel & Leonardo, 2014).

As pessoas com deficiência intelectual possuem potenciais para a sua autoconstrução e desenvolvimento de suas capacidades. Dentro de um contexto histórico, a escola especial foi um meio garantidor de formação para o desenvolvimento de seus potenciais como componente de se autorrealizarem, possibilitou a qualificação para o trabalho e a elaboração do aprendizado consciente. No entanto, a partir da perspectiva da educação inclusiva, essas pessoas têm a possibilidade de compartilhar outros espaços escolares, como meio de promover sua formação para a condição de cidadãos (Mantoan, 1989a).

Por outro lado, Carvalho (2002) ressalta que as escolas regulares têm a função pedagógica centralizadas no aluno, o que possibilita a identificação de suas particularidades, com o intuito de prover o seu desenvolvimento integral, tendo em vista o direito à cidadania de pertencimento e participação na sociedade. Nessas escolas, os alunos com deficiência intelectual precisam, de acordo com suas necessidades, estar com seus colegas, que não possuem deficiência, para desenvolver o aprendizado, a fim de permitir o sentimento solidário entre eles, afinal é visto que a educação dessas pessoas pode ocorrer no ensino regular.

Um estudo realizado por Chicon e Sá (2013) com três pessoas com deficiência intelectual, com idade de quatorze anos, em uma escola de Ensino Fundamental, teve o intuito de compreender a autopercepção destas em relação à atividade física em diferentes espaços oferecidos pela escola, diante do aspecto cultural em que estavam inseridas. As intervenções ocorreram em dois momentos em que eram associadas ao método de ensino/aprendizagem e por meio de um projeto denominado “A Trupe do Palhaço Caramelo”. Com a realização da pesquisa, observou-se, nos participantes, autopercepção negativa quando se tratava de atividades de ensino/aprendizagem. No entanto, na realização da segunda atividade, observou-se autopercepção positiva, tendo em vista que essa possibilitou aos participantes diferentes caracteres de simbolização, bem como a percepção destes na tarefa realizada, em que eles saiam da expressão anterior, vivenciando o protagonismo relativo à história de suas vidas (Chicon & Sá, 2013).

Cordeiro *et al.* (2007), em sua pesquisa realizada com alguns jovens com deficiência intelectual da APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – de Londrina, pensando em suas potencialidades, criaram para elas um grupo de teatro para atores especiais. Esses autores compreendem que todas as pessoas possuem o mesmo valor que outras que não tem deficiência e ressaltam que a sociedade deve dedicar-se para acolher suas necessidades. Sendo assim, na realização de suas atividades teatrais, por meio de passeios e apresentações em grupo,

foi possível observar demonstrações criativas desses indivíduos, bem como o desenvolvimento de sua autonomia e autoestima. Portanto, percebe-se que uma pessoa que tem a possibilidade de se expressar de forma artística, também pode participar de maneira mais eficaz no contexto social em que está inserida, permitindo a aprendizagem, a reconstrução de sua expressão e o exercício de sua cidadania (Cordeiro *et al.*, 2007).

Em outro estudo realizado por Mendes *et al.* (2015), com dezessete crianças, de cinco a doze anos de idade, com deficiência intelectual de uma instituição específica para pessoas com esse diagnóstico, foram utilizadas intervenções em musicoterapia. O trabalho teve por objetivo verificar a abrangência da musicoterapia nos aspectos comportamentais, bem como da qualidade de vida dos participantes. A qualidade de vida abrangeu os caracteres das capacidades no âmbito físico, emocional, de sociabilidade e aprendizagem. Após a realização das intervenções com instrumentos específicos para os indivíduos da instituição, percebeu-se uma evolução significativa nos aspectos da qualidade de vida dos participantes, comprovando que a música é um importante mecanismo de atuação nos processos de desenvolvimento das pessoas com deficiência (Mendes *et al.*, 2015).

Além da música, Rocha e Munguba (2014) referem que a Terapia Ocupacional tem um papel importante para a autonomia das pessoas com deficiência intelectual. Tendo em vista que ela tem a intenção de possibilitar o desenvolvimento de várias capacidades do indivíduo, entre elas motora, cognitiva e sensorial, a partir de um agrupamento de práticas, como atividades de vida diária e exercícios que possibilitam melhora na progressão de suas funcionalidades.

Santos (2012) afirma que o permanente progresso, bem como a aprendizagem são praticáveis às pessoas com deficiência intelectual, afinal o ser humano tem a faculdade inerente a mudanças. Assim, a realização de atividades de transmissão de conhecimentos e o estímulo de suas limitações e potencialidades permitem alcançar finalidades escolares essenciais, dado que a situação da deficiência não pode ser revertida, mas pode haver possíveis avanços dentro de suas condições neurológicas existentes.

De acordo com Mantoan (1989b), a pessoa com deficiência, no contexto escolar, passa a ser vista como um ser capaz de desenvolver a autoconstrução cognitiva, social e afetiva, levando em consideração o uso de suas próprias aptidões. Pfanner e Marcheschi (2008) compreendem que a independência permanece como sendo um fator importante à segurança e desenvolvimento da personalidade dos sujeitos. Para além desse aspecto, inclui o cuidado pessoal, a alimentação e a realização das atividades de vida diária.

A capacidade das pessoas com deficiência de ter autonomia e de poder desenvolver habilidades, tanto para o mercado de trabalho, quanto para realizar atividades relacionadas a

uma profissão estão interligadas com fatores ambientais existentes. Assim, como a amplitude de seus limites intelectivos e adaptativos que irão definir seus aspectos funcionais no âmbito físico e social (Carvalho, 1997).

Pereira (2009) ressalta a necessidade de desenvolver estudos que permitam compreender, junto à família e instituições escolares, a importância da promoção do desenvolvimento das capacidades, independência e autonomia das pessoas com deficiência intelectual. Além disso, buscar entender como esses processos ocorrem e poder auxiliar essas pessoas a serem os principais responsáveis por suas vidas (Saviani-Zeoti & Petean, 2008).

2 MÉTODO

2.1 Delineamento da pesquisa

Tratou-se de um estudo qualitativo, de caráter descritivo. Teve por objetivo identificar os aspectos que influenciaram a autonomia das pessoas com deficiência intelectual na percepção dos familiares.

2.2 Participantes

Participaram dessa pesquisa, em amostra por conveniência, quatro mães de jovens com deficiência intelectual. Estes com idade entre 20 a 30 anos, de ambos os sexos de duas cidades do interior do Rio Grande do Sul.

2.3 Instrumentos

O questionário de dados sociodemográficos foi utilizado para coleta de informações de ordem social, tanto do entrevistado, como do familiar com deficiência intelectual. No instrumento foram contempladas perguntas como: nome, sexo, profissão, escolaridade, grau de parentesco, quantidade de filhos, estado civil, quanto tempo de casamento, se frequenta APAE ou outro centro de reabilitação, frequenta ou frequentou escola regular e se realiza alguma atividade laboral.

A entrevista semiestruturada, organizada pela pesquisadora conforme os dados da literatura sobre o tema, teve por objetivo identificar os aspectos que influenciam a autonomia das pessoas com deficiência intelectual na percepção dos familiares. Foram realizadas as

seguintes perguntas: *como você percebe o desenvolvimento do familiar?; como foi que seu familiar começou a fazer as atividades sozinho?; como você percebe em situações do contexto social e escolar que tenha influenciado no desenvolvimento da autonomia de seu familiar? e como você percebe seu familiar em relação a sua autonomia?.*

2.4 Procedimentos éticos, de coleta e análise dos dados

Após submissão e aprovação do Comitê de Ética da Instituição de Ensino, os participantes foram selecionados, inicialmente, por meio do contato com a APAE de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Os demais participantes foram escolhidos por meio de indicações de relações pessoais da pesquisadora.

A fim de cumprir as questões éticas exigidas nas resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) acerca das pesquisas com seres humanos, os participantes foram comunicados a respeito do presente estudo e aqueles que manifestaram interesse em participar tiveram seus contatos telefônicos divulgados à pesquisadora. As entrevistas foram marcadas, conforme preferência dos participantes, sendo a primeira realizada em uma sala reservada no local de trabalho da mesma, a segunda em uma sala na APAE, a terceira em uma sala de uma instituição de ensino superior e a última entrevista foi realizada na residência da participante. Depois de esclarecer o estudo, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e deu-se início à coleta dos dados.

A análise dos dados foi qualitativa, baseada no método de análise de conteúdo de Bardin (1977). Essa é uma técnica utilizada para a realização de análise de dados detalhada em pesquisas científicas e teve como objetivo identificar as semelhanças e diferenças entre os participantes entrevistados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As participantes da pesquisa foram todas do sexo feminino e mães das pessoas com deficiência intelectual. Embora a proposta inicial fosse de entrevistar os familiares, homens e mulheres, foram disponíveis à entrevista somente mães. Dessa forma, os dados obtidos por meio do questionário sociodemográfico das participantes da pesquisa serão descritos na Tabela 1.

Tabela 1. Informações das participantes a partir da entrevista

Part	Idade	Estado Civil	Quant Filhos	Profissão	Idade filho(a) com DI	Ativ. Laboral	Ensino Regular	APAE	Outro Centro Reabilit.	Ensino superior
M1	44	Casada/ 25 anos	02	Comerciante	21 anos	Não	Frequentou	Frequenta	Não Freq.	Não Freq.
M2	46	Casada/ 27 anos	02	Bordadeira	21 anos	Sim	Frequentou	Não Freq.	Não Freq.	Não Freq.
M3	48	Casada/ 28 anos	01	Aux. Contábil	23 anos	Sim	Frequentou	Não Freq.	Não Freq.	Freq.
M4	37	Casada/ 19 anos	03	Do Lar	21 anos	Não	Frequenta	Não Freq.	Não Freq.	Não Freq.

Diante dos dados coletados e apresentados na Tabela 1, observou-se que as mães entrevistadas são todas casadas a mais de 10 anos e, pode-se salientar que para a realização dessa pesquisa a figura materna predomina na relação com os filhos com deficiência intelectual. No entanto, a figura paterna não deve deixar de ser lembrada, pois ela também influencia no desenvolvimento dos filhos dentro do contexto familiar.

De acordo com as entrevistas realizadas com as mães das pessoas com deficiência intelectual, levantou-se todos os dados necessários para a análise e classificação das respostas. Essas análises estão apresentadas na Tabela 2, onde foram encontradas 7 categorias e 22 subcategorias.

Tabela 2. Categorias e subcategorias surgidas a partir da entrevista

Categoria	Subcategoria	Unidade de sentido
1. Facilitadores de autonomia na percepção das mães	1.1 Conhecimento de meios eletrônicos	<i>“Ele é inteligente pra certas coisas, porque como ele não sabe ler, nem escrever, ele entra no Facebook de todo mundo, pergunta pra ele, tal pessoa! E ele procura..., essas coisas eu me admiro! Isso é o que me chama atenção nele! Ou telefone ele pega, eu não sei mexer e ele vai lá e arruma, sabe? TV a mesma coisa, uma TV trocar de canal ou tipo antena, uma coisa que as vezes dá, eu chamo ele pra arrumar”.</i> (Mãe 1)
	1.2 Ambiente de trabalho que acolheu o filho	<i>“Sim o trabalho, a gente sempre ficou na expectativa. Era uma luta, a gente não sabia como ele ia, né? Que ele ia conseguir. Mas, conversei bastante com o gerente, né? Ele disse, não que não tinha... Que ele ia conseguir! Dentro da possibilidade dele!”</i> (Mãe 2) e (Mãe 3)
	1.3 Realização de atividades de vida diária	<i>“Assim, no banho eu ainda eu ajudo, porque esse braço dele ele não consegue esfregar atrás, mas ele se vira sozinho pra outras coisas”.</i> (Mãe 4)
	2.1 Deixar fazer atividades/funções sozinho	<i>“Deixar ele sair sozinho assim, isso eu tenho medo, sabe! Esses dias eu deixei, por incrível que pareça,</i>

<p>2. Dificultadores de autonomia na percepção das mães</p>	<p>2.2 Aspectos emocionais “nervoso”</p>	<p><i>eu deixei ele ir num mercado, que tem duas ruas pra atravessar (...) de bicicleta”</i>. (Mãe 1)</p> <p><i>“O problema dele era só nervos, nervosismo dele né? Ele sempre fez, mas tudo muito lento! Na prática é que tu notava assim, que tu explicava e ele não entendia, tinha que explicar de novo, é a dificuldade de fazer as coisas e aquele nervosismo dele né? Que, aquilo que apavorava a gente, assim”</i>. (Mãe 2)</p>
	<p>2.3 Desacreditar na capacidade do filho</p>	<p><i>“Na escola... Eu achava, assim, que ela não, não conseguiria sabe? Porque ela nunca foi assim, de sentar, de pegar um livro pra ler, de estudar, ela nunca foi. Então, aí eu realmente não acreditava, eu tinha esperança que ela passasse, mas eu não acreditava que ela ia passar”</i>. (Mãe 3)</p>
	<p>2.4 Bullying</p>	<p><i>“Teve crianças ali no colégio que começaram a chamar ele de doente, ele teve bullying aqui. Ele gosta mais de brincar com criança de quatro, cinco, seis anos... os maiores ele já não é muito chegado, eu acho que um pouco ele se afastou dos outros coleguinhas</i>. (Mãe 4)</p>
	<p>3.1 Excesso de cuidados que influenciam na autonomia do filho</p>	<p><i>“Ah, eu não sei, eu tô sempre preocupada, eu acho que eu já crio ele desde...! Então eu tô sempre achando que não tá bem, sabe? Achando que pode melhorar e que tem que melhorar, sabe? E no fim a gente acaba ajudando e acha que atrapalha mais também! Não sei...!”</i> (Mãe 1)</p>
<p>3. Influência das mães em relação a autonomia</p>	<p>3.2 Preocupação com a autonomia</p>	<p><i>“Como eu te disse, a gente tá sempre assim, né? Ahm, feliz, porque ele tá, né? Tá saindo, tá..., trabalha, né? Aquela maneira dele assim. Venho notando, assim, que ele vem amadurecendo, né? Tá amadurecendo! O diálogo, a gente sempre conversando e, né? As conversas dele que era muito infantil. E também eu queria que ele aprendesse a dirigir, né? É eu já levei lá, ele fez os testes já e tudo, só que ele ficou muito abaixo, né, então a gente resolveu esperar mais um pouco”</i>. (Mãe 2)</p>
	<p>3.3 Promover a independência na realização de tarefas de vida diária</p>	<p><i>“Mas sempre teve um psicólogo, uma psicopedagoga, né? E, e assim foi indo, então e, e na escola eu nunca fui muito de, de ajudar. Porque eu queria que ela tentasse fazer sozinha, tanto é que hoje, dificilmente ela me pede pra ajudar ela a fazer alguma coisa! Porque acho que isso serviu pra ela tentar ser mais independente! Mas assim, ela levanta, ela faz o café dela, ela faz as coisas dela, ela se vira sozinha! Então, isso assim, mostrou que realmente ela..., ela tem condições de ser independente, sabe!”</i> (Mãe 3)</p>
	<p>3.4 Proteção e cuidado</p>	<p><i>“O desenvolvimento dele tá bem, sempre procurei recurso. Claro, ele não vai acompanhar as outras crianças! Isso eu já expliquei no colégio pra professora, ali pra diretora. A dificuldade dele é de não acompanhar a ligeireza, né!”</i>. (Mãe 4)</p>
<p>4. Influência do ambiente escolar na percepção das mães</p>	<p>4.1 Incentivo a atividades sociais: passeio escolar</p>	<p><i>“Ah, na escola, pra mim eu acho assim, que é bom, tem ajudado bastante, ele melhorou muito na escola. Eu achei, até os trabalhinhos dele, assim acho que</i></p>

		<i>tá bem, melhorou bastante, que nem no passeio do colégio que ele vai sozinho, nossa ele volta realizado sabe?”.</i> (Mãe 1)
	4.2 Auxílio de professores	<i>“Pois a professora né, no caso, a professora sempre né? Sempre ajudando a...! A professora foi a, né? Que ajudou muito ele assim..., e sempre que ia pra lá, né? As professoras já conheciam as dificuldades dele, tu percebia que a professora contribuía pra...!”.</i> (Mãe2) e (Mãe 4)
	4.3 Igualdade nas avaliações da escola	<i>“Essa coisa de a, ela ser tratada igual aos outros. Igualdade. Porque na verdade, ela não tinha ah, eu não vou fazer porque o professor vai me...! Não! O professor cobrava dela igual cobrava de ti ou de mim, entende? Então, isso eu acho que contribui muito, porque o aluno tem que ser cobrado igual! Mesmo que ele tenha uma avaliação diferente, a cobrança tem que se igual, não pode ser cobrado diferente, porque se cobrar diferente, não é inclusão!”</i> (Mãe 3)
5. Influência do ambiente social na percepção das mães	5.1 Autonomia nas tarefas cotidianas	<i>“Ele vai na padaria comigo, ele que paga, se ele sai comigo é ele que paga as contas. Isso eu acho que pra ele é bom, sabe! Eu mando ele na farmácia comprar remédio pra mim, dou o nome do remédio, tudo, ele vai, nossa ele volta feliz, sabe? Pagar uma prestação pra mim, eu mando ele, já dou sabe, o carnê, dou o dinheiro certo né, pra ele, vai e paga, nossa, ele volta realizado é só o que ele fala, uns quantos dias, ele fala só naquilo.”</i> (Mãe 1)
	5.2 Socialização	<i>“É, ela participava de um coral na escola, ela participava de um grupo de jovens! Antes de ir pro cursinho ela participava de uma atividade no turno inverso da escola, eu acho que tudo isso contribuiu pra que ela pudesse (re) socializar, é assim que se diz né? Isso contribuiu bastante sabe!”.</i> (Mãe 3) (Mãe 2 e Mãe 4)
6. Sentimentos das mães diante da autonomia	6.1 Desacreditar na possibilidade do filho de estudar	<i>“Eu tinha esperança que ela passasse, mas eu não acreditava que ela ia passar no vestibular”.</i> (Mãe 3)
	6.2 Medo	<i>“Tô sempre achando que não tá bem, sabe!”</i> (Mãe 1)
	6.3 Superproteção	<i>“Sempre achando que pode melhorar e que tem que melhorar, sabe! E no fim a gente acaba ajudando e acha que atrapalha mais também!”</i> (Mãe 1)
7. Percepções das mães sobre os filhos	7.1 Lento, nervoso	<i>“O problema dele era só nervos, nervosismo dele né? Ele sempre fez, mas tudo muito lento!”</i> (Mãe 2)
	7.2 Infantil, imaturo	<i>“O desenvolvimento dele não tem muito, ele parou sabe? Tá estacionado ali, não desenvolveu. Desenvolveu assim até certa parte, depois parou, ele é uma criança infantil!”</i> (Mãe 1) e (Mãe 2)
	7.3 Independente	<i>“Ah, ela faz tudo, ela faz bolo, ela faz café, ela arruma a cama, ela lava a louça, ela lava a roupa, ela faz tudo, tudo, se ela tivesse que morar sozinha, hoje, eu acredito que ela conseguiria morar sozinha!”</i> (Mãe 3)

De acordo com a Tabela 2, foram mostradas 7 categorias e 22 subcategorias a partir dos relatos das mães entrevistadas nessa pesquisa sobre quais aspectos influenciam na construção da autonomia das pessoas com deficiência intelectual na percepção dos familiares. A seguir, será feita a análise dos principais pontos encontrados, conforme a tabela acima.

Com a realização dessa pesquisa, percebeu-se que o uso de tecnologia assistiva para as pessoas com deficiência intelectual, mencionada na *Subcategoria 1.1 – Conhecimento de meios eletrônicos*, consiste em um recurso digital ou não que tem o intuito de oportunizar maior autonomia as suas tarefas diárias (UNESCO, 2007). Na esfera educacional, as táticas pedagógicas utilizadas, bem como as tecnologias computacionais permitem a progressão de habilidades cognitivas e de aprendizagem para as pessoas com ou sem deficiência. Tais tecnologias oferecem estratégias educacionais de acordo com as necessidades individuais de cada pessoa (Galvão-Filho, 2016).

A utilização de meios eletrônicos para a autonomia de pessoas com deficiência pode ser destacada na fala de uma das participantes em relação à *Categoria 1 – Facilitadores de autonomia na percepção das mães*, sobre conhecimentos de meios eletrônicos: “*Ele é inteligente pra certas coisas, porque como ele não sabe ler, nem escrever, ele entra no Facebook de todo mundo, pergunta pra ele, tal pessoa! E ele procura..., essas coisas eu me admiro! Isso é o que me chama atenção nele! Ou telefone ele pega, eu não sei mexer e ele vai lá e arruma, sabe? TV a mesma coisa, uma TV trocar de canal ou tipo antena, uma coisa que as vezes dá, eu chamo ele pra arrumar*” (Mãe 1).

Outro fator levantado na pesquisa é a relação com o trabalho, conforme mencionada na *Subcategoria 1.2 – Ambiente de trabalho que acolheu o filho*. Para Redig e Glat (2017), o trabalho se faz necessário e é significativo a todos os indivíduos, permite que o trabalhador se sinta útil em suas tarefas laborais. Entretanto, as pessoas com deficiência intelectual podem ter dificuldades em se inserir, devido a sua produtividade, isso não significa que elas não possam realizar tarefas como as outras pessoas. A relação da pessoa com deficiência com o trabalho pode ser percebida como um dos *facilitadores da autonomia*, a partir do relato de uma das participantes em relação ao ambiente de trabalho que acolheu o filho, cuja fala está demonstrada na Tabela 2.

A entrada no Ensino Superior foi outro tema abordado por uma das participantes, conforme mencionada na *Subcategoria 2.3 – Desacreditar na capacidade do filho*. Para Ferrari e Sekkel (2007), possibilitou-se novas formas de inserção de maior número de pessoas na faculdade, além daquelas que cursavam anteriormente. Diante do atual cenário educacional, podem-se destacar as pessoas com deficiência intelectual, que cada vez mais vem ingressando

no meio acadêmico. Essa realidade confirma a modificação nos propósitos educativos, possibilitando cada vez mais autonomia a essa parcela de pessoas. Dessa forma, no que se refere ao ensino inclusivo, o preconceito é um assunto indispensável que deve ser apontado, já que ainda está presente nas relações humanas (Ferrari & Sekkel, 2007). Essa realidade pode ser caracterizada como um obstáculo em relação ao potencial das pessoas com deficiência intelectual, que pode ser percebida por meio da fala de uma das entrevistadas em relação à *Categoria 2 – Dificultadores de autonomia na percepção das mães*, conforme está apresentada na Tabela 2.

Othero e Ayres (2012) ressaltam a relevância de expandir às pessoas com deficiência a oportunidade de se inserir no mundo como cidadãos de direitos na coletividade, porém em uma acepção mais vasta, desfrutando de diversos contextos que a sociedade pode beneficiar. Apesar da inserção das pessoas com deficiência estar assegurada por lei, essa realidade ainda continua um tanto falha, com a existência de diversos relatos que dificultam a busca de autonomia por essas pessoas. É o que se pode perceber na fala de uma das mães em relação aos *aspectos que dificultam a autonomia* das pessoas com deficiência: “Deixar ele sair sozinho assim, isso eu tenho medo, sabe! Esses dias eu deixei, por incrível que pareça, eu deixei ele ir num mercado, que tem duas ruas pra atravessar (...) de bicicleta” (Mãe 1).

No entanto, durante a entrevista a mesma participante resalta ambivalência no seu relato, conforme mencionada na *Categoria 5 – Influência do contexto social* para a autonomia de seu filho possibilitada pelas tarefas cotidianas, relatada na *Subcategoria 5.1 – Autonomia nas tarefas cotidianas*, conforme descrita na Tabela 2. Dessa forma, pode-se perceber que a Mãe 1, apesar de possibilitar a capacidade de autonomia a seu filho, permitindo a ele se inserir em tarefas cotidianas, também tem o receio de dar a ele total liberdade de se locomover sozinho. Essa ambivalência se dá como um meio de protegê-lo e evitar que ele possa se envolver em riscos.

A assistência, muitas vezes, ofertada às pessoas com deficiência intelectual geralmente abrange os aspectos relacionados à realização de tarefas de vida diária. Esses cuidados, se efetuados de forma intensa e permanente a esses indivíduos, podem ocasionar estresse em seus cuidadores, bem como, dificultar autonomia e independência dessas pessoas (Neves, 2011). A preocupação com os cuidados às pessoas com deficiência intelectual pode ser percebida na fala de uma das entrevistadas, onde é referida na *Categoria 3 – Influência das mães em relação à autonomia*, relatada na *Subcategoria 3.1 – Excessos de cuidados que influenciam na autonomia do filho*, conforme pode se observar na Tabela 2.

As pessoas com deficiência intelectual necessitam serem olhadas de forma individualizada, de acordo com suas particularidades específicas, não apenas para o que elas ainda não desempenham de forma autônoma, mas também para o que elas já realizam por si mesmas com autonomia. Além de oportunizar a promoção de autonomia e independência, as pessoas com deficiência necessitam de pessoas que acreditem em seu potencial (Tédde, 2012).

Dessa forma, o relato de uma das participantes retrata, ainda, na *Categoria 3 – Influência das mães em relação à autonomia*, mencionada na *Subcategoria 3.3 – Promover a independência na realização de tarefas de vida diária*, em que há a promoção desta: “*Mas sempre teve um psicólogo, uma psicopedagoga, né? E, e assim foi indo, então e, e na escola eu nunca fui muito de, de ajudar. Porque eu queria que ela tentasse fazer sozinha, tanto é que hoje, dificilmente ela me pede pra ajudar ela a fazer alguma coisa! Porque acho que isso serviu pra ela tentar ser mais independente! Mas assim, ela levanta, ela faz o café dela, ela faz as coisas dela, ela se vira sozinha! Então, isso assim, mostrou que realmente ela..., ela tem condições de ser independente, sabe!*” (Mãe 3).

Pedro e Chacon (2013) salientam que a educação vem mudando devido à existência de uma sociedade mais informatizada e para tanto é palpável a necessidade de possibilitar inovações às pessoas com deficiência no campo escolar, a fim de incluí-las nesse contexto para que elas consigam melhor se instruir e ampliar continuamente suas competências. Apesar de a escola proporcionar as mesmas finalidades educacionais a todos os alunos, os ensinamentos da temática e as tarefas que são desenvolvidas, bem como os métodos de instrução necessitam de adequação, levando em consideração as competências de cada indivíduo.

Na *Categoria 4 – Influência do ambiente escolar na percepção das mães*, essa realidade pode ser percebida por meio da fala de uma das entrevistadas, mencionada na *Subcategoria 4.3 – Igualdade nas avaliações da escola*: “*Essa coisa de a, ela ser tratada igual aos outros. Igualdade. Porque na verdade, ela não tinha ah, eu não vou fazer porque o professor vai me...! Não! O professor cobrava dela igual cobrava de ti ou de mim, entende? Então, isso eu acho que contribui muito, porque o aluno tem que ser cobrado igual! Mesmo que ele tenha uma avaliação diferente, a cobrança tem que se igual, não pode ser cobrado diferente, porque se cobrar diferente, não é inclusão!*” (Mãe 3).

Enquanto o indivíduo com e sem deficiência, inserido em contexto escolar, conviver em um espaço que permita a ele expressar suas ideias de forma ativa e ter oportunidade de decidir, respeitando a adequação de tarefas em detrimento de seu período de desenvolvimento, esse indubitavelmente desenvolverá maior confiança em suas escolhas e ações. Desenvolverá maior capacidade de se habituar às circunstâncias e mais segurança para experienciar as

vivências como as outras pessoas (Redig & Glat, 2017). Essa compreensão é relatada por uma das mães ainda na *Categoria 4*, mostrada na *Subcategoria 4.1 – Incentivo a atividades sociais: passeio escolar*, que pode ser vista na Tabela 2.

As interações sociais são imprescindíveis a todos os seres humanos, todavia para as pessoas com deficiências elas tornam-se fundamentais. Dificultar essa oportunidade impossibilita o processo de autonomia. Dessa forma, se faz necessário permitir relações significativas para as pessoas com deficiência, para que elas sejam capazes de desenvolver suas potencialidades (Rossato & Leonardo, 2011). É o que se pode perceber na fala de uma das mães mencionada na *Categoria 5 – Influência do ambiente social na percepção das mães*, identificadas no relato da *Subcategoria 5.2 – Socialização*, conforme está apresentada na Tabela 2.,

Após a análise das entrevistas, observou-se na fala das mães, *Sentimentos diante da autonomia dos filhos – Categoria 6*, bem como *Percepções das mães sobre os filhos – Categoria 7*. As discussões sobre os sentimentos e percepções das mães estão aqui apresentadas, com base na literatura sobre o tema.

Cardoso (2017) refere que receber cuidados faz parte das relações humanas e é necessário na vida de qualquer indivíduo, sendo ele uma pessoa com ou sem deficiência. O cuidado com o outro, se proporcionado de forma equilibrada, auxilia no desenvolvimento de qualquer ser humano. Porém, para os pais e/ou familiares de pessoas com deficiência intelectual essa é uma característica que envolve muitos sentimentos em relação aos filhos e com isso o cuidar ocorre de forma exacerbada e acaba se transformando em superproteção, influenciando de forma significativa na autonomia dessas pessoas, que acarreta em dificuldades em suas decisões e no desenvolvimento de sua independência (Cardoso, 2017). Essa compreensão pode ser percebida na fala de uma das mães em relação aos *sentimentos diante da autonomia* de seu filho, em que aparece em dois momentos os sentimentos de *medo na Subcategoria 6.2* e *superproteção na Subcategoria 6.3*, na mesma fala, conforme apresentada na Tabela 2.

Por outro lado, os pais tendem a auxiliar os filhos a serem mais independentes, permitindo a eles pensar no seu futuro e delinear de forma satisfatória suas funcionalidades. Caminhando para o desenvolvimento de suas competências na busca de uma vida mais independente, tanto nos aspectos funcionais, como nos diversos campos que envolvem sua inserção no contexto social, possibilitando o exercício de sua cidadania como um todo (Oliveira & Poletto, 2015).

Essa característica pode ser percebida na fala de uma das participantes, quando relata a sua *percepção em relação a autonomia* de sua filha, identificada na *Subcategoria 7.3 – Independente*: “Ah, ela faz tudo, ela faz bolo, ela faz café, ela arruma a cama, ela lava a louça, ela lava a roupa, ela faz tudo, tudo, se ela tivesse que morar sozinha, hoje, eu acredito que ela conseguiria morar sozinha!” (Mãe 3).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da presente pesquisa, em relação aos aspectos que facilitam a autonomia das pessoas com deficiência intelectual na percepção das mães, pode-se destacar o envolvimento destas em promover a independência de seus filhos. Esse envolvimento possibilita às mães confiarem nas suas potencialidades, permitindo às pessoas com deficiência desempenharem suas funções cognitivas, com o uso de meios eletrônicos, laborais, relacionados ao trabalho e de atividades de vida diária com mais autonomia, responsabilidade e confiança.

No que se refere aos aspectos que dificultam a autonomia das pessoas com deficiência intelectual na percepção das mães, foi possível notar a existência de fatores que influenciam para desacreditar na capacidade do filho e percebê-lo como emocionalmente “nervoso”, gerando dificuldades no desenvolvimento da autonomia, independência e confiança em suas ações no cotidiano. Essas características podem ser compreendidas como uma preocupação com a segurança e com o bem-estar de seus filhos. Além disso, pode-se ressaltar a dificuldade em deixar o filho fazer atividades sozinho e o fato de ter sofrido *bullying* na escola, também são fatores que podem influenciar na compreensão de suas potencialidades enquanto seres sociais e de direitos na sociedade.

Diante do relato das participantes sobre a influência das mães em relação à autonomia de seus filhos, pode-se perceber a existência de excesso de cuidados, preocupação com a autonomia, além de proteção e cuidado com os filhos. Esses fatores ainda estão presentes na vida dos familiares dessas pessoas, pois elas dependem do auxílio de seus progenitores para o desenvolvimento de suas potencialidades. Entretanto, pode ser percebida a promoção da independência da filha no relato de uma das mães, demonstrando uma influência mais ativa na vida do familiar com deficiência, auxiliando-a a tornar-se mais independente e segura na sua vida cotidiana.

Diante da influência do ambiente escolar, tanto do Ensino Regular, quanto de Escolas Especiais, pode-se perceber no relato das mães a importância desse contexto, bem como as

possibilidades que a escola oferece aos alunos com deficiência, por meio de passeios em contextos fora do âmbito escolar, da existência de igualdade nas avaliações e o auxílio dos professores nas dificuldades apresentadas por essas pessoas. Dessa forma, a escola pode ser compreendida como um fator importante para o desenvolvimento da autonomia e independência das pessoas com deficiência intelectual.

Concomitante ao aspecto escolar, a influência do ambiente social na percepção das mães, também foram significativos para o desenvolvimento dessas pessoas, como a autonomia nas tarefas cotidianas e socialização. Foi possível perceber nos familiares dos jovens que a inserção e a participação das pessoas com deficiência intelectual na sociedade são fatores presentes nos participantes entrevistados.

As entrevistas também mostraram sentimentos das mães diante da autonomia de seus filhos. Destacando-se os sentimentos de desacreditar na possibilidade de o filho estudar, o medo e a superproteção, como sendo fatores que ainda coexistem nas famílias de pessoas com deficiência intelectual. Nas percepções sobre os filhos, as mães entrevistadas referem estes como lentos, nervosos, infantis e imaturos. Embora, uma das mães entrevistadas refira-se à sua filha como independente, desempenhando a realização de suas tarefas de vida diária com mais autonomia.

Diante dos dados obtidos, pode-se destacar que os fatores indispensáveis para a autonomia das pessoas com deficiência intelectual estão nos meios eletrônicos, no ambiente de trabalho e na realização de atividades de vida diária como aspectos facilitadores na percepção dos pais. Além disso, os contextos social e escolar também se mostraram relevantes para o desenvolvimento da autonomia dessas pessoas e que todos têm acesso.

Em contrapartida, salienta-se que os aspectos dificultadores de autonomia na percepção das mães e a influência destas em relação à independência das pessoas com deficiência intelectual evidenciaram cuidados realizados de maneira excessiva, preocupação com as questões autonômicas de seus filhos e proteção e zelo. Assim, pode-se destacar que os sentimentos e percepções das mães em relação aos seus filhos corroboram com os aspectos dificultadores de autonomia, bem como em relação à influência dessas diante da autonomia dos filhos.

Com base nos resultados encontrados e na sugestão inicial da pesquisa, podem-se apontar estratégias que possam favorecer o desenvolvimento de maior independência das pessoas com deficiência intelectual, para que estas venham a ser mais autônomas e desenvolver suas potencialidades com o auxílio de seus progenitores e também de seus iguais, permitindo cada vez mais a inclusão dessas pessoas na sociedade e nos diferentes contextos dela. Dessa

forma, a execução de estratégias como, a realização de oficinas para as pessoas com deficiência intelectual que visem a estimular o desempenho nas tarefas de vida diária e atividades cotidianas em que ainda necessitam de apoio para a sua realização. Poderá contribuir para a interação desses indivíduos com seus pares, assim como, para a compreensão da efetivação dessas atividades, em que cada um poderá trabalhar suas dificuldades e buscar estratégias de forma colaborativa para ter um melhor desempenho em suas atividades diárias.

Ainda assim, pode-se salientar a criação de grupos com as mães dessas pessoas a fim de indicar outras táticas para auxiliar no fortalecimento e promoção da autonomia de seus filhos. O contato dessas mães com a realidade e a experiência de cada uma delas no dia-a-dia com seus filhos poderá vir a auxiliar na estimulação da independência e no bem-estar dessas pessoas, permitindo a cada dia aos seus filhos, a capacidade de demonstrar um melhor desempenho em suas tarefas diárias sem precisar do auxílio de suas genitoras, possibilitando o desenvolvimento nas diversas áreas de sua vida e contribuindo ainda mais para o exercício de sua cidadania como um todo.

Boarini (2003) destaca a importância do papel da família na vida das pessoas com deficiência intelectual como um fator imprescindível para o processo de autonomia e de inserção na vida social. A família tanto pode possibilitar a autonomia, como também pode dificultá-la por meio da superproteção, tendo em vista que o meio familiar é a primeira instituição do indivíduo antes de ele se inserir na sociedade. Outra questão importante foi a limitação enfrentada para a realização deste estudo, já que a proposta inicial da pesquisa era entrevistar os familiares, dentre eles homens e mulheres, de pessoas com deficiência, porém somente se conseguiu acessar as mães, o que nos mostra uma questão de gênero importante no cuidado e incentivo à autonomia dos filhos.

Dessa forma, pode-se concluir que os contextos social e escolar são fatores imprescindíveis para o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência intelectual, bem como o trabalho, a realização de atividades cotidianas e a utilização da tecnologia como fatores facilitadores para desenvolver nesses indivíduos as suas potencialidades. Além disso, pode-se salientar a influência das mães em diversas situações da vida dos filhos, que em parte, atuam como dificultadores no processo de sua autonomia devido a fatores protetivos e pela falta de credibilidade na capacidade dos filhos. Nesse sentido, sugere-se a ampliação do estudo desse tema, que contemple novas pesquisas e que venham a contribuir para o desenvolvimento dos indivíduos com deficiência intelectual em âmbito familiar, que possam abranger pais e mães para obter uma visão também paterna sobre a autonomia dos filhos.

REFERÊNCIAS

- Abenhaim, E. (2009). Deficiência mental, aprendizagem e desenvolvimento. In Díaz, F., Bordas, M., Galvão, N., Miranda, T. (Orgs.). Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas (237-244). Salvador: EDUFRA.
- Alvarez, A. P. E., & Carvalho, M. C. (2006). Novas estratégias no campo da inclusão social: moradia assistida e trabalho assistido. *Psicologia para América Latina*, (8), 0-0.
- American Psychiatric Association (2014). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. (5ª. ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Persona Psicologia.
- Bastos, O. M., & Deslandes, S. F. (2009). Adolescer com deficiência mental: a ótica dos pais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(1), 79-87.
- Bissoto, M. L. (2014). Deficiência intelectual e processos de tomada de decisão: estamos enfrentando o desafio de educar para a autonomia? *Educação Unisinos*, 18(1), 3-12.
- Boarini, M. L. (2003). Refletindo sobre uma nova e velha família. *Psicologia em Estudo*, 8(spe.), 1-2.
- Bock, A. M. B., Furtado, O., & Teixeira, M. L. T. (2009). Psicologia do desenvolvimento. In Bock, A. M. B., Furtado, O., & Teixeira, M. L. T. (Orgs.), *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia* (116-131). São Paulo: Editora Saraiva.
- Borges, C. C., & Magalhães, A. S. (2009). Transição para a vida adulta: autonomia e dependência na família. *PSICO*, 40(1), 42-49.
- Campos, A. M. *A família no processo de construção da autonomia da pessoa com deficiência*. Monografia de Especialização. Especialização em Terapia de Família. Universidade Cândido Mendes, Instituto a vez do Mestre, Rio de Janeiro, 2006.
- Cardoso, D. (2017). Superproteger ou não uma pessoa com deficiência? Retirado em 23 de Outubro de 2017 do Laboratório de Inclusão: <https://laboratoriodeinclusao.wordpress.com>
- Carvalho, E. N. S. (1997). Adulto com deficiência mental. In Carvalho, E.N.S. (Org.). Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental: Deficiência Mental (127-150). Brasília: Secretaria de Educação Especial.
- Carvalho, E. N. S. (2002). Inclusão escolar de alunos portadores de deficiência: desafios. In Carvalho, R. A. (Org.). Removendo barreiras para a aprendizagem (85-126). Porto Alegre: Mediação.
- Chicon, J. F., & SÁ, M. G. C. S. (2013). A autopercepção de alunos com deficiência intelectual em diferentes espaços-tempos da escola. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, 35(2), 373-388.

- Conselho Nacional de Saúde. (2012). *Resolução nº 466/2012*. Recuperado em 31 de outubro de 2017, de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html
- Conselho Nacional de Saúde. (2016). *Resolução nº 510/2016*. Recuperado em 31 de outubro de 2017, de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Cordeiro, M. P., Scoponi, R. S., Ferreira, S. L., & Vieira, C. M. (2007). Deficiência e teatro: arte e conscientização. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27(1), 148-155. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932007000100012>
- Dessen, M. A., & Silva, N. L. P. (2000). Deficiência mental e família: uma análise da produção científica. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 10(19), 12-23.
- Dias, S. S., & Oliveira, M. C. S. L. (2013). Deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 19(2), 169-182.
- Forgiarini, R. R. (2012). A produção da autonomia no sujeito deficiente: contribuições da escola inclusiva. *Revista Educação por escrito*, 3(2), 51-63.
- Ferrari, M. A. L. D., & Sekkel, M. C. (2007). Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. *Psicologia: ciência e profissão*, 27(4), 636-647.
- Galvão-Filho, T. (2016). Deficiência intelectual e tecnologias no contexto da escola inclusiva. In Gomes, C.(Org.). *Discriminação e racismo nas Américas: um problema de justiça, equidade e direitos humanos* (305-321). Curitiba: CRV.
- Goitein, P. C., & Cia, F. (2011). Interações familiares de crianças com necessidades educacionais especiais: revisão da literatura nacional. *Psicologia Escolar e Educacional*, 15(1), 43-51.
- Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (2010). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Censo Demográfico 2010. *Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Leonel, W. H. S., & Leonardo, N. S. T. (2014). Concepções de professores da educação especial (APAEs) sobre a aprendizagem e desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual: um estudo a partir da teoria vigotskiana. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 20(4), 541-554.
- Mantoan, M. T. E. (1989a). Repensando a deficiência à luz de novos pressupostos. In Mantoan, M. T. E (Org.). *Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais* (11-14). Porto Alegre: Scipione.
- Mantoan, M. T. E. (1989b). O nascimento e os primeiros tempos de uma escola para deficientes mentais. In Mantoan, M. T. E (Org.). *Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais* (15-38). Porto Alegre: Scipione.
- McGoldrick, M. (2008). As mulheres e o ciclo de vida familiar. In Carter, B., & McGoldrick, M. (Orgs.). *As mudanças no ciclo de vida familiar uma estrutura para a terapia familiar* (30-64). Porto Alegre: Editora Artmed.

- Mendes, M. V. S., Cavalcante, S. A., Oliveira, E. F., Pinto, D. M. R., Barbosa, T. S. M., & Camargo, C. L. (2015). Crianças com retardo do desenvolvimento neuropsicomotor: musicoterapia promovendo qualidade de vida. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 68(5), 797-802. <https://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2015680505i>
- Neves, A. P. (2011). *O aluno com necessidades educacionais especiais numa escola técnica: limitações, desafios e possibilidades*. Monografia de Especialização. Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Universidade de Brasília, UnB, Brasil.
- Oliveira, I. G., & Poletto, M. (2015). Vivências emocionais de mães e pais de filhos com deficiência. *Revista da SPAGESP*, 16(2), 102-119.
- Organização Mundial de Saúde (1993). *Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas (220-226)*. Porto Alegre: Artmed.
- Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2007). *Inclusão digital e social de pessoas com deficiência*. Brasília: UNESCO. Recuperado em 22 de Outubro de 2017, de <<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001600/160012por.pdf>>
- Othero, M. B., & Ayres, J. R. C. M. (2012). Necessidades de saúde da pessoa com deficiência: a perspectiva dos sujeitos por meio de histórias de vida. *Interface (Botucatu)*, 16(40), 219-234.
- Pedro, K. M., & Chacon, M. C. M. (2013). Softwares educativos para alunos com Deficiência Intelectual: estratégias utilizadas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 19(2), 195-210.
- Pereira, J. R. T. (2009). Aplicação do questionário de qualidade de vida em pessoas com deficiência intelectual. *Psicologia em pesquisa*, 3(1), 59-74.
- Petean, E. B. L., & Neto, J. M. P. (1998). Investigações em aconselhamento genético: impacto da primeira notícia - a reação dos pais à deficiência. *Revista Medicina*, Ribeirão Preto, 31(2), p. 288-295.
- Pfanner, P., & Marcheschi, M. (2008). Retardo Mental: Uma deficiência a ser compreendida e tratada. São Paulo: Paulinas.
- Prado, A. F. A. (2013). Família e deficiência. In Cervený, C. M. O (Org.). *Família e... Comunicação, Divórcio, Mudança, Resiliência, Deficiência, Lei, Bioética, Doença, Religião e Drogadição (85-98)*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Rabêllo, R. S. (2009). A formação continuada do professor de arte na perspectiva de uma educação inclusiva. In Díaz, F. *et al.* (Orgs.). *Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas (347-355)*. Salvador: EDUFRA.
- Redig, A.G., & Glat, R. (2017). Programa educacional especializado para capacitação e inclusão no trabalho de pessoas com deficiência intelectual. *Ensaio: Avaliação e Políticas*

Públicas em Educação, 25 (95), 330-355.

Rocha, E. F., & Munguba, M. (2014). Grupo de trabalho 5: terapia ocupacional e pessoas com deficiência: desafios da contemporaneidade na constituição de saberes e práticas. *Cadernos de Terapia Ocupacional*, 22(2), 355-365.

Rossato, S. P. M, & Leonardo, N. S. T. (2011). A deficiência intelectual na concepção de educadores da Educação Especial: contribuições da psicologia histórico cultural. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 17(1), 71-86.

Santos, D. C. O. (2012). Potenciais dificuldades e facilidades na educação de alunos com deficiência intelectual. *Educação e Pesquisa*, 38(4), 935-948.

Sasaki, R. K. (2008). Vida independente e inclusão na comunidade. In RESENDE, A. P. C., VITAL, F. M. P. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada (72-75). Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Saviani-Zeoti, F., & Petean, E. B. L. (2008). A qualidade de vida de pessoas com deficiência mental leve. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(3), 305-311.

Silva, N. L. P., & Dessen, M. A. (2001). Deficiência mental e família: implicações para o desenvolvimento da criança. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 17(2), 133-141.

Silva, N. L. P., & Dessen, M. A. (2004) O que significa ter uma criança com deficiência mental na família? *Educar em Revista*, 23, 161-183.

Souza, L. G. A., & Boemer, M. R. (2003). O ser-com o filho com deficiência mental: alguns desvelamentos. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 13(26), 209-219.

Tédde, S. (2012). *Crianças com deficiência intelectual: a aprendizagem e a inclusão*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Educação, Centro Universitário Salesiano de São Paulo, UNISAL, Brasil.

Artigo Recebido em: 18/02/2019
Aceite final em: 11/07/2019